



HDI Seguros S.A.

CNPJ nº 29.980.158/0001-57

www.hdi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do Grupo HDI relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Seguros faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Sampo Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DIORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo

continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias. Como parte das iniciativas de reestruturação do Grupo HDI, em 14 de fevereiro de 2025, foi assinada uma Carta de Intenções (*Letter of Intent*) entre os acionistas da HDI Global Seguros S.A. e a HDI International AG, formalizando a intenção de ambas as partes de implementar uma reorganização societária intra-grupo, a ser realizada em 1º de abril de 2025. Essa reorganização envolve a alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A. Após o *closing* todas as atividades da HDI A Global Seguros S.A. será consolidada pela HDI Seguros S.A., sem que haja alteração do controlador final. **Resultados e Evolução patrimonial:** No exercício de 2024, a HDI Seguros registrou o total de R\$ 5,6 bilhões de prêmios emitidos e lucro líquido de R\$ 777 milhões. Para sustentar essa operação, a HDI Seguros conta com ativos de R\$ 13,1 bilhões e reservas de R\$ 4 bilhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos de todas as marcas ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. A prioridade da Companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento,

os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		4.713.748	3.659.278	CIRCULANTE		4.440.333	3.391.331
Disponível		35.970	6.403	Contas a pagar	14a	370.743	271.262
Caixa e bancos		35.970	6.403	Obrigações a pagar		169.339	98.700
Aplicações	5	1.522.523	1.303.950	Impostos e encargos sociais a recolher		161.424	128.070
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	2.173.437	1.638.970	Encargos trabalhistas		27.318	21.737
Prêmios a receber	6	2.057.460	1.578.667	Impostos e contribuições		11.464	7.953
Operações com seguradoras		208	7.918	Outras contas a pagar		1.198	14.802
Operações com resseguradoras		115.769	52.385	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	274.290	144.703
Outros créditos operacionais	7	28.594	17.836	Prêmios a restituir		2.111	1.132
Ativos de resseguros e retrocessão	7	97.051	39.311	Operações com seguradoras		235	247
Títulos e créditos a receber	8.1a	141.857	137.262	Operações com resseguradoras		134.938	36.387
Títulos e créditos a receber	8.1a	65.935	77.952	Corretores de seguros e resseguros		124.210	94.257
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	69.298	53.951	Outros débitos operacionais		12.796	12.680
Outros créditos		6.624	5.359	Depósitos de terceiros	16	26.146	4.125
Outros valores e bens	9	107.667	84.039	Depósitos de terceiros		26.146	4.125
Bens à venda	9b	64.935	43.896	Provisões técnicas - seguros	17	3.759.073	2.958.929
Outros valores		42.732	40.143	Danos		3.691.828	2.933.734
Despesas antecipadas	10	28.126	22.206	Pessoas		67.245	25.195
Custos de aquisição diferidos	10	578.523	409.301	Outros débitos	9d	10.081	12.312
Seguros		578.523	409.301	Débitos diversos		10.081	12.312
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11	8.403.246	8.252.132	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	14	587.140	579.527
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5	1.786.241	1.301.232	Contas a pagar	14	266.278	236.887
Aplicações	5	1.447.354	1.095.215	Tributos diferidos		94.319	86.887
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	318	-	Outras contas a pagar		171.959	150.000
Prêmios a receber		318	-	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	74	-
Ativos de resseguros e retrocessão	7	16.853	46.197	Corretores de seguros e resseguros		74	-
Títulos e créditos a receber	8.2a	292.345	128.078	Provisões técnicas - seguros	17	278.022	297.667
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	279.791	118.642	Danos		275.822	295.164
Depósitos judiciais e fiscais		12.554	9.436	Pessoas		2.200	2.503
Outros valores e bens	9d	25.381	28.157	Outros débitos	18	27.101	28.626
Despesas antecipadas	10	1.010	301	Provisões judiciais	18	21.246	23.062
Custos de aquisição diferidos	10	2.980	3.284	Outros débitos operacionais		5.855	5.564
Seguros		2.980	3.284	Débitos diversos	9d	15.665	16.347
INVESTIMENTOS	11	3.757.330	6.620.472	Débitos diversos		15.665	16.347
Participações societárias		3.757.330	6.620.472	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	8.089.521	7.940.552
IMOBILIZADO	12	26.782	30.398	Capital social		7.434.220	2.304.624
Bens móveis		24.066	25.836	Aumento de capital (em aprovação)		-	5.129.305
Outras imobilizações		2.716	4.562	Reservas de lucros		797.541	482.179
INTANGÍVEL	13	2.832.893	300.030	Ajuste de avaliação patrimonial		(142.240)	24.444
Ágio		2.587.813	176.478	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	13.116.994	11.911.410
Outros intangíveis		245.080	123.552				
TOTAL DO ATIVO		13.116.994	11.911.410				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

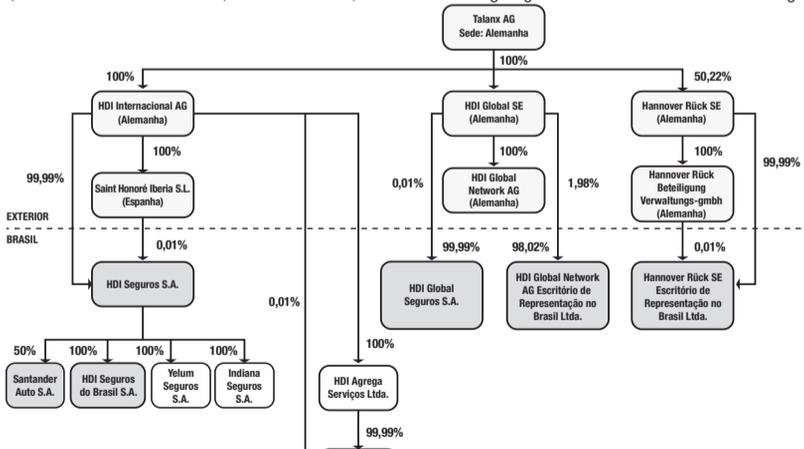
	Reservas de lucros						Lucros acumulados	TOTAL
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.074.624	-	60.477	227.561	(36.441)	-	1.326.221	
Aumento de capital AGE's 10/08/2023 e 20/11/2023	1.230.000	5.129.305	-	-	-	-	6.359.305	
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	-	-	-	-	61.150	-	61.150	
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras em controladas	-	-	-	-	(265)	-	(265)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	356.661	356.661	
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	-	-	17.833	-	-	(17.833)	-	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	176.308	-	(176.308)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.520)	(162.520)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.304.624	5.129.305	78.310	403.869	24.444	-	7.940.552	
Aumento de capital AGE 20/11/2023 e 23/05/2024	5.129.596	(5.129.305)	-	-	-	-	291	
Dividendos	-	-	-	(109.111)	-	-	(109.111)	
Ajuste adoção inicial CPC 48	-	-	-	(1.816)	(365)	-	(2.181)	
Ajuste ao valor justo das aplicações	-	-	-	-	(81.431)	-	(81.431)	
Ajuste ao valor justo das aplicações - em controladas	-	-	-	-	(84.827)	-	(84.827)	
Perdas esperadas de ativos financeiros	-	-	-	-	(61)	-	(61)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	777.238	777.238	
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	-	-	38.862	-	-	(38.862)	-	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	387.427	-	(387.427)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(350.949)	(350.949)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.434.220	-	117.172	680.369	(142.240)	-	8.089.521	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HDI Seguros S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares e vida em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21º ao 23º andar, Ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. A Companhia é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.A.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Seguradora:



Em 31 de janeiro de 2024, a HDI Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da YLM Holding Brasil Ltda. (Controlada) pela HDI Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.603606/2024-92, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 4/2024/DIR1/SUSEP, na data de 23 de fevereiro de 2024. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificativa de incorporação, em 1º de maio de 2024 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada YLM Holding Brasil Ltda., pela sua controladora HDI Seguros S.A. Como resultado desta incorporação, a YLM Holding Brasil Ltda. foi extinta de pleno direito e a sua controladora HDI Seguros S.A. se tornou sua sucessora. Todas as 2.014.014.616 ações ordinárias de emissão da YLM Holding Brasil Ltda. foram canceladas, sendo 2.013.949.115 de titularidade da HDI Seguros S.A. e 65.501 ações de titularidade da Saint-Honoré Iberia S.L., nos termos do §1º do artigo 226 da Lei 6.404/76 e posteriores alterações. O valor patrimonial da YLM Holding Brasil Ltda. no montante de R\$ 2.914.061.168,79 (Dois bilhões, novecentos e

quatorze milhões, sessenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos), para fins de incorporação, foi avaliado por empresa especializada na data-base de 30 de abril de 2024 que emitiu laudo datado de 20 de maio de 2024. Os saldos contábeis da YLM Holding Brasil Ltda. incorporados através do patrimônio líquido da Seguradora foram contabilizados com base no acervo líquido contábil de 30 de abril de 2024. Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DIORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	20.1	5.561.333	4.466.495
Variações das provisões técnicas de prêmios	20.2	(610.878)	68.967
PRÊMIOS GANHOS	4.950.455	4.535.462	
Sinistros ocorridos	20.3	(3.155.744)	(2.674.928)
Custos de aquisição	20.4	(1.011.784)	(845.252)
Outras receitas e despesas operacionais	20.5	(68.144)	(52.721)
Resultado com resseguro	20.6	40.664	(51.433)
Receita com resseguro		143.853	17.393
Despesa com resseguro		(103.189)	(68.826)
Despesas administrativas	20.7.1	(620.535)	(548.846)
Despesas com tributos	20.7.2	(126.035)	(111.638)
Resultado financeiro	20.8	176.793	169.999
Resultado patrimonial	20.9	558.990	99.480
RESULTADO OPERACIONAL	20.10	744.660	520.123
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20.10	(25.600)	(42.034)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	719.060	478.089	
Imposto de renda	20.11	77.150	(40.228)
Contribuição social	20.11	46.684	(28.811)
Participações sobre o lucro		(65.656)	(56.389)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	777.238	356.661	
Quantidade de ações		439.509	439.493
Lucro líquido por ação - R\$		1.768,42	811,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	777.238	356.661
Varição no valor justo dos ativos avaliados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(135.716)	102.171
Varição no valor justo dos ativos avaliados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) em controladas	(141.378)	(736)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	54.285	(40.844)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes em controladas	56.551	294
Perdas esperadas de ativos financeiros	(61)	-
Resultados abrangentes	(166.319)	60.885
Total dos resultados abrangentes	610.919	417.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais	777.238	

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.14 e 3.15 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 13 - Ativo intangível; • Notas 3.8, 3.9 e 17 - Provisões técnicas; • Notas 3.13 e 18 - Provisões judiciais; • Nota 3.17 e 9 - Arrendamentos; • e Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.4 Novas normas e interpretações: 2.4.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **2.4.2 Novas normas e interpretações adotadas: a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros: O pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retroativa na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros e (II) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para o CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas à classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. **(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. • **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: • As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir. • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: • **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os derivativos e ativos financeiros mantidos para negociação. • As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. • A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente. **(II) Redução ao Valor Recuperável (*impairment*):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios, a depender da situação inicial no momento da compra do ativo e da situação atual de capacidade de pagamento da contraparte: **Estágio 1** - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses: calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2** - (*Life-long calculation*) Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro: neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3** - Perda esperada a partir do valor de mercado: Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior.

Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48:

	01/01/2024
Saldo inicial de acordo com o CPC 38	7.940.552
Perdas esperadas de ativos financeiros	(1.816)
Modificação de ativos financeiros	(787)
Impostos diferidos sobre os ajustes	315
Saldo final de acordo com o CPC 48	7.938.264

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023. Sobre o valor registrado de adoção inicial (R\$ 1.331) foi calculado impostos de R\$ 454 de CSLL e R\$ 272 de IRPJ. (b) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48

	CPC 38		CPC 48	
	31/12/2023	01/01/2024	31/12/2023	01/01/2024
Ativos financeiros				
	Saldo contábil	Reclassificações	Remensurações	Saldo contábil
	Mantidos para negociação			Categoria
Mantidos para negociação	929.864	(929.864)	-	-
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	12.992	(12.992)	-	-
Letras financeiras	851	(851)	-	-
Certificado de depósito bancário	282	(282)	-	-
Quotas de fundos de investimento	744.281	(744.281)	-	-
Fundo de investimento em participações	171.458	(171.458)	-	-
	Disponíveis para venda			
Disponíveis para venda	1.383.351	(1.383.351)	-	-
Certificado de cédula de crédito bancário	26.155	(26.155)	-	-
Certificados de depósito bancário	50.000	(50.000)	-	-
Depósito à prazo com garantias especiais	15.651	(15.651)	-	-
Letras financeiras	82.358	(82.358)	-	-
Notas do tesouro nacional	924.155	(924.155)	-	-
Letras do tesouro nacional	273.805	(273.805)	-	-
Debêntures	11.227	(11.227)	-	-
	Mantido até o vencimento			
Mantido até o vencimento	85.950	-	(85.950)	-
Notas do tesouro nacional	85.950	-	(85.950)	-
	Empréstimos e recebíveis			
Empréstimos e recebíveis	1.638.970	(1.650.255)	11.285	-
Prêmios a receber de segurados	1.588.923	(1.588.923)	-	-
Operações com congêneres	8.219	(8.219)	-	-
Operações com resseguradoras	53.113	(53.113)	-	-
(-) Redução ao valor recuperável	(11.285)	-	11.285	-

	Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	
	31/12/2023	01/01/2024	31/12/2023	01/01/2024
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	- 929.864	- 929.864	- 929.864	- 929.864
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	-	12.992	-	12.992
Letras financeiras	-	851	-	851
Certificado de depósito bancário	-	282	-	282
Quotas de fundos de investimento	-	744.281	-	744.281
Fundo de investimento em participações	-	171.458	-	171.458

	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	
	31/12/2023	01/01/2024	31/12/2023	01/01/2024
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	- 1.383.351	85.163	1.468.514	1.468.514
Certificado de cédula de crédito bancário	-	26.155	-	26.155
Certificados de depósito bancário	-	50.000	-	50.000
Depósito à prazo com garantias especiais	-	15.651	-	15.651
Letras financeiras	-	82.358	-	82.358
Notas do tesouro nacional	-	924.155	85.163	1.009.318
Letras do tesouro nacional	-	273.805	-	273.805
Debêntures	-	11.227	-	11.227
Custo amortizado	- 1.650.255	(12.314)	1.637.941	1.637.941
Prêmios a receber de segurados	-	1.588.923	-	1.588.923
Operações com congêneres	-	8.219	-	8.219
Operações com resseguradoras	-	53.113	-	53.113
(-) Redução ao valor recuperável	-	(12.314)	-	(12.314)
Total de ativos financeiros	4.038.135	(1.816)	4.036.319	4.036.319

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios (i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses

ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI Test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+, para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseado-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias e nestes casos são considerados 100% como *default*. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.1). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos e adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Participações Societárias:** Refere-se a investimentos nas controladas Santander Auto S.A. (controlada em conjunto entre HDI Seguros S.A. e SANCAP Investimentos e Participações S.A.), HDI Seguros do Brasil S.A., YLM Seguros S.A. e Indiana Seguros S.A. que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o ágio por expectativa de rentabilidade futura e a mais-valia, decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócio da HDI Seguros do Brasil S.A. em 2023 (vide nota 11a). A Seguradora efetua a amortização da mais-valia na aquisição de controladas baseados nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA). O *impairment* (teste de recuperabilidade) sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura será calculado de acordo com o CPC 01 (R1). O teste de recuperabilidade do ágio é feito em conjunto com o ágio reconhecido no intangível (vide nota 3.7.1) Em 1º de maio de 2024, os valores correspondentes ao ágio e saldos dos intangíveis identificados na Alocação do Preço de Compra (PPA) da YLM Holding Brasil Ltda. foram reclassificados para a rubrica de intangíveis, em decorrência da incorporação. **3.6 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.7 Ativo intangível: 3.7.1. Ágio: Ágio da aquisição da HSBC Seguros de Automóveis e Bens S.A.:** O ágio no valor de R\$ 215.000, registrado na aquisição da HSBC Seguros de Automóveis e Bens (Brasil) S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2005, foi classificado como intangível no ativo não circulante em 1º de abril de 2006, data de sua incorporação. Esse ativo intangível está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A amortização do ágio, registrada contabilmente até 2008, foi calculada considerando a proporção decorrida da referida expectativa de rentabilidade futura. A partir de 2009 em função da mudança da prática contábil o ágio no valor de R\$ 176.478 deixou de ser amortizado para efeito contábil e a sua recuperabilidade é testada anualmente no encerramento do ano, ou em períodos menores se houver indicação de *impairment*. **Ágio da aquisição da YLM Holding Brasil Ltda.:** O ágio no valor de R\$ 2.372.813, registrado na aquisição da YLM Holding Brasil Ltda., ocorrida em 22 de novembro de 2023, foi classificado como intangível no ativo não circulante em 1º de maio de 2024, data de sua incorporação (vide nota 13). Esse ativo intangível está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A sua recuperabilidade será testada anualmente no encerramento do ano, ou em períodos menores se houver indicação de *impairment*. **Teste de recuperabilidade:** A recuperação do valor contábil do ágio é avaliada anualmente com base no seu valor em uso. O processo de estimativa desse valor envolve a aplicação de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, representando a melhor estimativa da Seguradora, devidamente aprovada pela Administração. A metodologia adotada consiste na projeção dos resultados da empresa considerando um horizonte alinhado ao planejamento de negócios, com a posterior aplicação de um desconto a valor presente utilizando a taxa de custo de capital esperado para os próximos anos, fundamentada em orçamentos financeiros. Em conformidade com as diretrizes do CPC 01 (R1), as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) foram definidas com base no menor conjunto de ativos e passivos no qual a Seguradora estrutura seu planejamento e controla seus resultados, abrangendo as operações Auto e Não Auto. As premissas de projeção foram estabelecidas com base no planejamento de negócios aprovado pela Administração até 2029 e, para os períodos subsequentes, foram baseadas na perpetuidade do último fluxo de caixa projetado. Além disso, foram realizados testes de sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo, cujos resultados foram analisados pela Administração. Com base nas análises conduzidas e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*impairment*). **3.7.2. Outros intangíveis:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. Em 1º de maio de 2024, os valores correspondentes aos saldos dos intangíveis identificados na Alocação do Preço de Compra (PPA) da YLM Holding Brasil Ltda. foram reclassificados para a rubrica de intangíveis, em decorrência da incorporação. Os intangíveis com vida definida são amortizados baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA) enquanto os intangíveis sem vida definida são testados em conjunto com ágio (vide nota 13). **3.8 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Videntes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método *"pro rata die"* com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Videntes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o complemento da PPNG-RVE, dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativas a riscos já videntes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em três metodologias atuariais distintas usualmente praticadas pelo mercado. O Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM) considera a experiência histórica do período transcrito entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo registro na Companhia, utilizando-se triângulos de *run-off* para sinistros ocorridos a partir de janeiro/2000. Em conjunto ao Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados, a Companhia também aplica as metodologias de Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter - Ferguson (BF)* a fim de atingir a melhor estimativa final. A atualização da provisão é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, sendo distinta para *short e long tail*, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas a sinistros já ocorridos, considerando as Despesas Alocáveis (ALAE) e Despesas Não Alocáveis (ULAE). Para estimativa das Despesas Alocáveis (ALAE) é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes ALAE, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. Para estimativa das Despesas Não Alocáveis (ULAE) é considerada a relação entre os valores pagos das despesas e montante pago com indenizações de sinistros observados via Teste de Consistência. Estima-se o montante de Despesas Não Alocáveis com base na aplicação dos percentuais apurados sobre o saldo total de provisões técnicas de sinistros com defasagem. A Provisão de Sucumbência, contabilizada juntamente à PDR, é constituída com metodologia an

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Estimativa de Recebimento de Salvados e Ressarcidos corresponde à expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcimentos de sinistros ocorridos e ainda não liquidados. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson (BF)*) para estimativa do montante final de recuperações. Sobre a parcela administrativa estimada de salvados, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas de recebimento com base nas taxas prefixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) e sua atualização é realizada com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/22, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para a opção prefixada, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os Impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP de prêmios registrados foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, *IBNR* e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 63,49% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados correntes dos fluxos de caixa e os sinistros a ocorrer, acrescidos das estimativas das respectivas despesas; deduzida dos custos de aquisição e cancelamento. O Resultado do fluxo de sinistros a ocorrer está apresentado abaixo: **Registrados:**

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel	1.848.992	1.390.146	(458.847)
Patrimonial	312.337	193.874	(118.463)
Rural	61.850	36.872	(24.977)
Transporte	5.524	3.461	(2.063)
Responsabilidades	19.203	8.100	(11.103)
Pessoas Coletivo	18.504	10.685	(7.820)
Pessoas Individual	8.510	5.678	(2.832)
Total	2.274.920	1.648.816	(626.105)

Não registrados:

Grupo de ramo	Fluxo de caixa Estimado - Consolidado
Transporte	13.553
Pessoas Coletivo	5.334
Habitacional	5.263
Total	24.150

3.10 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 21b. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.13 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurador, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de

contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.15 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.16 Dividendos recebidos:** As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **3.17 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (*IFRS 16*), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a diversos tipos de risco, classificados em: risco de seguro ou subscrição; risco financeiro, composto por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado; e risco operacional. A estratégia de gestão de riscos é orientada pela estratégia de negócios e pela capacidade de absorver riscos, conforme o nível de solvência. Com base na natureza e materialidade de cada risco, adota-se um processo de gestão adequado e monitora-se, de forma integrada, o desempenho e os valores dos negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem se tornado cada vez mais volátil, complexo e competitivo, o que tem levado à evolução das práticas de gestão de riscos, alinhando-as a esse novo cenário. A Companhia acredita que um gerenciamento de riscos abrangente e integrador, que envolva o Conselho, Executivos e *Stakeholders*, pode proporcionar uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de riscos é derivada da estratégia de negócios e envolve a participação dos diversos níveis organizacionais, conforme as responsabilidades atribuídas a cada cargo, com base em políticas e diretrizes que consideram a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também integra a estrutura uma área de gestão de riscos, controles internos, atuando na segunda linha de defesa, a qual monitora a exposição da Companhia a riscos. Conforme o Estatuto Social da Companhia, foram estabelecidos os seguintes comitês: • Comitê de Auditoria: órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e que funcionará, conforme expressamente permitido pela regulamentação aplicável, também como seu Comitê de Riscos para os fins da Resolução CNSP nº 416/21. Possui como objetivo, dentre outros, avaliar a efetividade e acompanhar o trabalho da auditoria interna e externa, bem como revisar as demonstrações financeiras. As fragilidades identificadas são encaminhadas na forma de recomendações à Diretoria. O Comitê de Auditoria também assessora o Conselho de Administração na supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, como previsto na legislação vigente. • Comitê de Compensação: órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que revisa e propõe a remuneração dos membros da Diretoria Executiva. Adicionalmente, o Conselho da Administração se reúne periodicamente com o Presidente e os Vice-Presidentes para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essas reuniões tem caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, incluindo a Gestão de Riscos, sempre que se fizer necessário alinhar medidas entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Além disso, a Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos. **4.1 Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que gera uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas. • Precificação ou subscrição inadequada de riscos. • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfil, histórico das carteiras e outras variáveis. O principal segmento de gestão de riscos de seguros é o de seguros de danos, notadamente o de automóveis. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanço da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 432/21 e normas complementares, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Com o objetivo de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, foi definida uma política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro estabelecem os riscos a serem ressegurados (incluindo limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), os critérios para escolha das resseguradoras e os parâmetros para distribuição dos resseguros. Os contratos de resseguros firmados contemplam condições proporcionais e não proporcionais, visando reduzir a exposição a riscos isolados e a riscos de natureza catastrófica. Além disso, há a colocação de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. É importante destacar que as retenções fixadas nos contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados em conformidade com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. **Prêmios de seguros por região e grupo de ramos:** Compreende os prêmios de seguros emitidos e RVNE, líquidos de cancelamentos e restituições por região e grupo de ramos onde a Companhia opera, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Região geográfica	31/12/2024			31/12/2023		
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Rural	%
Sul	1.843.901	42%	419.674	55%	68.974	44%
Sudeste	1.830.927	42%	268.176	35%	20.071	13%
Nordeste	320.443	7%	24.175	3%	4.977	3%
Centro-Oeste	276.945	6%	43.177	6%	60.446	38%
Norte	72.928	2%	8.746	1%	3.145	2%
Total geral	4.345.144	100%	763.948	100%	157.613	100%

Região geográfica	31/12/2024			31/12/2023		
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Rural	%
Sul	1.837.248	42%	334.217	54%	50.062	43%
Sudeste	1.824.462	42%	217.893	36%	14.337	12%
Nordeste	319.524	7%	19.790	3%	3.954	3%
Centro-Oeste	276.098	6%	34.814	6%	46.532	40%
Norte	72.734	2%	7.022	1%	2.467	2%
Total geral	4.330.066	100%	613.736	100%	117.352	100%

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica, apresentadas na nota 20.3. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade, apurado na data-base do balanço.

Ramos atuação	31/12/2024			31/12/2023		
	Prêmio ganho bruto	Prêmio ganho líquido	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade líquido de resseguro	
Automóvel	3.995.658	3.980.589	39.957	39.806	151	
Patrimonial	525.122	470.444	5.251	4.704	547	
Rural	188.508	163.608	1.885	1.636	249	
Transportes	109.169	104.490	1.092	1.045	47	
Demais ramos	131.998	128.136	1.320	1.281	39	
Total	4.950.455	4.847.267	49.505	48.472	1.033	

Ramos atuação	31/12/2024			31/12/2023		
	Prêmio ganho bruto	Prêmio ganho líquido	1% no prêmio ganho bruto de resseguro	1% no prêmio ganho líquido de resseguro	1% na sinistralidade líquido de resseguro	
Automóvel	3.884.499	3.878.450	38.846	38.785	62	
Patrimonial	300.836	259.646	3.008	2.596	412	
Rural	155.203	142.713	1.552	1.427	125	
Transportes	101.539	95.882	1.015	959	56	
Demais ramos	93.385	89.843	934	898	36	
Total	4.535.462	4.466.534	45.355	44.665	690	

Especificamente no ramo de automóveis, além do rigor na subscrição, a Companhia utiliza modelos estatísticos para precificação levando em conta diversos fatores: veículo, ano, modelo, região de circulação, bem como as variáveis relacionadas ao perfil de risco dos condutores. **4.2 Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A carteira de investimentos da Companhia segue a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração, visando atender todas as obrigações regulatórias e a manutenção da liquidez em níveis mínimos necessários para o pagamento das obrigações da Companhia sob qualquer circunstância. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência estratégias de investimentos para otimizar o resultado da carteira bem como manter os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia, inclusive indicando novos aportes de capital, se necessário. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

Fluxos de caixa contratuais não descontados

	31/12/2024			31/12/2023		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total

Ativos financeiros e de contratos de seguro						
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	671.588	–	671.588	929.864	–	929.864
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	11.081	–	11.081	12.992	–	12.992
Letras financeiras	–	–	–	851	–	851
Certificado de depósito bancário	–	–	–	282	–	282
Quotas de fundos de investimento	462.468	–	462.468	744.281	–	744.281
Fundo de investimento em participações	198.039	–	198.039	171.458	–	171.458
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	850.935	1.447.354	2.298.289	288.136	1.095.215	1.383.351
Títulos de renda fixa privados	154.066	26.342	180.408	49.657	135.734	185.391
Títulos de renda fixa públicos	696.869	1.421.012	2.117.881	238.479	959.481	1.197.960
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	–	–	–	85.950	–	85.950
Título de renda fixa público	–	–	–	85.950	–	85.950
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.173.437	318	2.173.755	1.638.970	–	1.638.970
Prêmios a receber de segurados	2.057.460	318	2.057.778	1.578.667	–	1.578.667
Operações com seguradoras	208	–	208	7.918	–	7.918
Operações com resseguradoras	115.769	–	115.769	52.385	–	52.385
Outros créditos operacionais	28.594	–	28.594	17.836	–	17.836
Ativos de resseguro - provisões técnicas	97.051	16.853	113.904	39.311	46.197	85.508
Títulos e créditos a receber	141.857	292.345	434.202	137.262	128.078	265.340
Outros Valores e Bens	107.667	25.381	133.048	84.039	28.157	112.196
Caixa e equivalentes de caixa	35.970	–	35.970	6.403	–	6.403
Total dos ativos financeiros	4.107.099	1.782.251	5.889.350	3.227.771	1.297.647	4.525.418

Região geográfica	31/12/2024			31/12/2023		
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Rural	%
Sul	1.843.901	42%	419.674	55%	68.974	44%
Sudeste	1.830.927	42%	268.176	35%	20.071	13%
Nordeste	320.443	7%	24.175	3%	4.977	3%
Centro-Oeste	276.945	6%	43.177	6%	60.446	38%
Norte	72.928	2%	8.746	1%	3.145	2%
Total geral	4.345.144	100%	763.948	100%	157.613	100%

Região geográfica	31/12/2024			31/12/2023		
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Rural	%
Sul	1.837.248	42%	334.217	54%	50.062	43%
Sudeste	1.824.462	42%	217.893	36%	14.337	12%
Nordeste	319.524	7%	19.790	3%	3.954	3%
Centro-Oeste	276.098	6%	34.814	6%	46.532	40%
Norte	72.734	2%	7.022	1%	2.467	2%
Total geral	4.330.066	100%	613.736	100%	117.352	100%

Fluxos de caixa contratuais não descontados

	31/12/2024			31/12/2023		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total

Passivos						
Passivos financeiros	671.179	266.352	937.531	420.090	236.887	656.977
Contas a pagar	370.743	266.278	637.021	271.262	236.887	508.149
Débitos das operações com seguros e resseguros	274.290	74	274.364	144.703	–	144.703
Depósitos de terceiros	26.146	–	26.146	4.125	–	4.125
Provisões técnicas	3.759.073	278.022	4.037.095	2.958.929	297.667	

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

	31/12/2024		31/12/2023		Sem rating		Total	Total
	AAA	AA	A	BBB	BB			
Ativos Financeiros/Rating								
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	11.081	49.478	74.326	2.820	5.175	528.708	671.588	929.864
Quotas de fundos de investimento	-	49.478	74.326	2.820	5.175	330.669	462.468	744.281
Fundo de investimento em participações	-	-	-	-	-	198.039	198.039	171.458
Certificado de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	282
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	851
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	11.081	-	-	-	-	-	11.081	12.992
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.149.401	-	142.764	-	3.979	2.145	2.298.289	1.383.351
Letras financeiras	28.967	-	60.162	-	-	-	89.129	82.358
Letras financeiras do tesouro	329.818	-	-	-	-	-	329.818	-
Notas do tesouro nacional	1.004.895	-	-	-	-	-	1.004.895	924.155
Certificado de cédula de crédito bancário	-	-	-	-	3.979	-	3.979	26.155
Certificados de depósito bancário	-	-	65.034	-	-	-	65.034	50.000
Depósito a prazo com garantias especiais	-	-	17.568	-	-	-	17.568	15.651
Letras do tesouro nacional	783.168	-	-	-	-	-	783.168	273.805
Debêntures	2.553	-	-	-	-	2.145	4.698	11.227
Ao custo amortizado	16.225	16.148	858	-	2.140.524	2.173.755	1.724.920	85.950
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	1.578.667
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	2.057.778	2.057.778	2.057.778	7.918
Operações com congêneres	-	-	-	-	208	208	208	52.385
Operações com resseguradoras	16.225	16.148	858	-	82.538	115.769	82.538	28.238
Local	-	-	-	-	82.538	82.538	82.538	17.834
Admitida	-	12.514	725	-	-	-	-	19.992
Eventual	16.225	3.634	133	-	-	-	-	35.970
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	35.970	35.970	6.403
Total do circulante e não circulante	2.176.707	65.626	217.948	2.820	9.154	2.707.347	5.179.602	4.044.538

Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	8.089.521	7.940.552
Ajustes Contábeis:	(6.669.923)	(6.939.447)
Ativos intangíveis	(2.738.574)	(229.439)
Despesas antecipadas	(29.136)	(22.507)
Participação em sociedades financeiras	(3.757.330)	(6.620.472)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(55)	(200)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	(144.828)	(66.829)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos líquidos de impostos:	348.572	278.995
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	(472)
Superávit TAP	348.552	279.467
Superávit fluxos não registrados	20	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.768.170	1.280.100
Nível 1	1.310.647	972.490
Nível 2	348.572	279.467
Nível 3	108.951	28.143
Capital de risco (a) (CMR)	1.003.696	917.516
Capital de risco de subscrição	900.891	807.630
Capital de risco de crédito	81.816	83.926
Capital de risco operacional	32.878	31.037
Capital de risco de mercado	87.249	106.405
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito, subscrição e mercado	(99.138)	(111.482)
Capital-base - (CB) (b)	15.000	15.000
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre (a) ou (b))	1.003.696	917.516
Excedente do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em relação ao Capital mínimo requerido (CMR)	764.474	362.584
Suficiência do Capital (% da EC)	76,17%	39,52%

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco devem ser executados por todas as áreas, e para isso investe em ferramentas de forma a ter condições de mensurar sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria

Aplicação/categoria	Nível hierárquico (1)	31/12/2024			31/12/2023					
		Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	2	11.081	-	11.081	11.081	0,37%	12.992	-	12.992	0,54%
Letras financeiras	2	-	-	-	-	-	851	-	851	0,04%
Certificado de depósito bancário	2	-	-	-	-	0,00%	281	1	282	0,01%
Quotas de fundos de investimento	2	462.468	-	462.468	462.468	15,57%	744.281	-	744.281	31,02%
Fundo de investimento em participações (2)	3	198.039	-	198.039	198.039	6,67%	171.458	-	171.458	7,15%
Valor justo por meio do resultado (VJR)		671.588	-	671.588	671.588	22,61%	929.863	1	929.864	38,76%
Certificado de cédula de crédito bancário	2	3.979	-	3.979	3.979	0,13%	26.155	-	26.155	1,09%
Certificados de depósito bancário	2	65.060	(26)	65.034	65.034	2,19%	49.986	14	50.000	2,08%
Depósito a prazo com garantias especiais	2	17.568	-	17.568	17.568	0,59%	15.651	-	15.651	0,65%
Letras financeiras	2	91.308	(2.179)	89.129	89.129	3,00%	81.352	1.006	82.358	3,43%
Letras financeiras do tesouro	1	329.893	(74)	329.819	329.818	11,11%	-	-	-	0,00%
Notas do tesouro nacional	1	1.088.712	(83.817)	1.004.895	1.004.895	33,84%	891.008	33.147	924.155	38,53%
Letras do tesouro nacional	1	792.640	(9.472)	783.168	783.168	26,37%	267.113	6.692	273.805	11,41%
Debêntures	2	4.893	(195)	4.698	4.698	0,16%	11.346	(119)	11.227	0,47%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		2.394.053	(95.763)	2.298.290	2.298.289	77,39%	1.342.611	40.740	1.383.351	57,66%
Notas do tesouro nacional	1	-	-	-	-	-	85.950	-	85.950	3,58%
Custo amortizado		-	-	-	-	-	85.950	-	85.950	3,58%
Total		3.065.641	(95.763)	2.969.878	2.969.877	100%	2.358.424	40.741	2.399.165	100%
Ativo circulante		-	-	1.522.523	-	-	-	-	1.303.950	-
Ativo não circulante		-	-	1.447.354	-	-	-	-	1.095.215	-

(1) Nível hierárquico:

7. ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO

a. Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas

Ramo	PPNG		PPNG-RVNE		PSL		IBNR		PDR		Total
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Patrimonial	53.065	239	850	3	17.701	53.192	3.063	1.761	1.360	4.706	59.901
Rural	10.656	5.397	367	-	4.453	1.608	1.214	95	243	94	16.933
Responsabilidades	2.629	289	45	-	3.713	5.287	443	191	57	62	6.887
Transportes	1.079	2.107	-	-	1.564	4.107	435	-	703	102	3.781
Demais ramos	160	(51)	11	-	8.966	5.194	314	361	813	764	10.264
Total	67.589	7.981	1.273	3	36.397	69.388	5.469	2.408	3.176	5.728	113.904
Ativo Circulante											97.051
Ativo não Circulante											39.311

b. Demonstração do percentual ressegurado:

Ramo	Prêmio emitidos líquidos de cosseguo		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões		% Ressegurado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Automóvel	4.345.144	3.744.221	15.078	5.997	0%
Patrimonial	763.948	336.173	150.085	35.899	20%
Rural	157.613	191.188	40.210	14.529	8%
Transportes	109.996	101.462	3.646	5.299	3%
Demais ramos	184.632	93.451	8.644	3.330	5%
Total	5.561.333	4.466.495	217.663	65.054	4%

Discriminação por resseguradora dos prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões.

Ressegurador	Categoria de risco (*)	Prêmio cedido		% cedido
		31/12/2024	31/12/2023	
Austral Resseguradora S.A.	Local Sem Rating	12.957	1.333	5,95%
Axa XI Resseguros S.A.	Local Sem Rating	603	382	0,28%
IRB Brasil Resseguros S/A	Local Sem Rating	42.299	147	19,43%
Mapfre Re Do Brasil Companhia De Resseguros	Local Sem Rating	97.037	51.797	44,58%
Munich Re Do Brasil Resseguradora S.A.	Local Sem Rating	30.214	12	13,88%
Scor Brasil Resseguros S.A.	Local Sem Rating	32	31	0,01%
Swiss Re Brasil Resseguros S/A	Local Sem Rating	10.623	150	4,88%
Total resseguradoras - Local		193.765	53.852	

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas em que ao menos um insumo, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados, a partir de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, são utilizados. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para o input. (2) Conforme instruído na resolução CVM 579/16, por determinação do Administrador, o fundo Pérola Negra Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior teve sua classificação alterada para FIP - Entidade de Investimentos no dia 28/12/2022 conforme fato relevante enviado a CVM em 29/12/2022. A partir dessa reclassificação, as sociedades investidas do fundo passaram a ser avaliadas através de avaliação a valor justo, elaborada por empresa especializada independente (Valuation).

b. Movimentação das aplicações financeiras

	Títulos Públicos (1) e Ações (1)		Títulos Privados		Quotas de Fundo de Investimento		Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira (1)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.283.910	186.524	915.739	12.992	2.399.165			
Incorporação YLM Holding Brasil Ltda	98.602	-	-	-	-	-	-	98.602
Aplicações	2.425.644	134.779	636.355	126.236	3.323.014			
Resgates	(1.720.264)	(159.957)	(936.772)	(130.817)	(2.947.810)			
Rendimentos (vide nota 20.8)	163.191	22.363	45.185	470	231.209			
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(133.202)	(3.301)	-	-	(136.503)			
Oscilação Cambial	-	-	-	-	2.200			2.200
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.117.881	180.408	660.507	11.081	2.969.877			

(1) A taxa média contratada está apresentada na nota 5c.

c. Taxa de juros contratada

Título	Categoria	31/12/2024		31/12/2023	
		Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil
Certificado de cédula de crédito bancário (PRÉ)	Título de renda fixa privado	14,98%	3.979	14,98%	26.155
Cert					

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

8.1 Títulos e créditos a receber: a. Títulos e créditos a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Composição		
Ressarcimentos a receber.....	26.334	27.699
Ressarcimentos a receber estimados.....	26.016	20.006
Intercompany.....	8.485	22.130
Créditos a receber.....	5.100	8.117
Total.....	65.935	77.952

b. Ressarcimentos a receber estimados

Prazo.....	31/12/2024			31/12/2023		
	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾
1 mês.....	—	—	2.522	—	—	2.011
2 meses.....	129	350	1.839	201	220	2.125
3 meses.....	226	390	2.411	411	388	1.802
4 meses.....	317	839	1.493	212	544	1.389
5 meses.....	385	828	1.490	235	661	1.993
6 meses.....	591	884	1.191	373	1.013	1.556
7 meses.....	607	847	1.192	535	1.042	1.064
8 meses.....	558	945	720	418	957	950
9 meses.....	537	855	1.081	516	924	811
10 meses.....	667	980	758	434	1.146	748
11 meses.....	690	1.131	660	423	1.189	670
12 meses.....	667	1.269	570	528	1.183	575
13 - 18 meses.....	3.079	5.056	3.442	2.627	4.455	2.585
19 - 24 meses.....	3.039	3.341	2.074	2.273	2.935	1.212
25 - 30 meses.....	2.858	2.843	982	1.917	2.135	372
31 - 36 meses.....	1.839	1.510	335	1.612	1.667	128
37 - 42 meses.....	1.468	1.289	254	1.525	1.275	59
43 - 48 meses.....	1.569	1.096	90	1.265	1.606	153
49 - 54 meses.....	956	599	47	929	1.057	54
55 - 60 meses.....	853	765	69	709	731	13
61 - 66 meses.....	537	771	22	596	544	42
67 - 72 meses.....	646	715	51	403	393	28
73 - 78 meses.....	711	706	16	503	514	14
79 - 84 meses.....	429	241	16	388	496	13
85 - 90 meses.....	682	625	13	431	545	39
91 - 96 meses.....	537	495	10	241	430	12
97 - 102 meses.....	424	427	—	162	301	23
103 - 108 meses.....	632	821	—	139	262	—
109 - 114 meses.....	130	224	11	—	—	12
115 - 120 meses.....	22	33	—	—	—	—
121 - 126 meses.....	—	—	51	—	—	—
133 - 138 meses.....	—	—	—	—	—	14
Total automóvel.....	26.016	30.875	23.410	20.006	28.613	20.467
Demais ramos.....	—	5.122	2.924	—	3.676	7.232
Total.....	26.016	35.997	26.334	20.006	32.289	27.699

(1) Refere-se à expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos a ressarcimentos estimados reconhecidos no ativo na data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a recuperação do ressarcimento. (2) Refere-se ao desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a ressarcimentos reconhecidos no ativo no ano anterior à data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a recuperação do ressarcimento. (3) Refere-se ao detalhamento dos saldos de ressarcimentos a recuperar na data-base, considerando os prazos de permanência na conta.

8.2 Créditos tributários e previdenciários: a. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de IRPJ/CSLL s/prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas.....	144.828	66.829
Créditos de IRPJ/CSLL s/diferenças temporárias.....	70.646	28.143
Créditos de IRPJ/CSLL a compensar.....	68.061	52.772
Créditos de IRPJ/CSLL s/ajuste a valor de mercado.....	38.305	—
Créditos tributários de PIS e COFINS ⁽¹⁾	26.012	23.670
Outros créditos tributários.....	1.237	1.179
Total.....	349.089	172.593
Ativo circulante.....	69.298	53.951
Ativo não circulante.....	279.791	118.642

(1) Créditos tributários sobre a provisão de sinistros a liquidar.

b. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social

Origem das diferenças temporárias	31/12/2024		31/12/2023	
	Base de cálculo	Crédito tributário	Base de cálculo	Crédito tributário
Provisões administrativas.....	123.990	49.596	35.917	14.367
Provisões operacionais.....	20.784	8.313	9.027	3.611
Provisões fiscais e encargos sociais.....	8.724	3.490	13.568	5.427
Provisões para redução ao valor recuperável.....	23.117	9.247	11.846	4.738
Total.....	176.615	70.646	70.358	28.143

c. Movimentação de créditos tributários sobre as diferenças temporárias

	31/12/2024		31/12/2023	
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas
Saldo no início do exercício.....	28.143	66.829	27.615	88.287
Constituições.....	56.294	77.999	26.846	—
Reversões/Realizações.....	(13.791)	—	(26.318)	(21.458)
Saldo no final do exercício.....	70.646	144.828	28.143	66.829

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias

A Companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias se dará da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Entre 1 e 2 anos.....	67.156	19.105
Entre 3 a 4 anos.....	—	3.611
Acima de 4 anos.....	3.490	5.427
Total.....	70.646	28.143

e. Previsão de realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas: A Companhia possui créditos de prejuízos fiscais passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros e a previsão de realização destes créditos está fundamentada por estudo técnico, conforme definido na Circular SUSEP nº 648/21. A Companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais será da seguinte forma: 2,2% em 2029, 4,4% em 2030, 6,8% em 2031, 9,5% em 2032, 12,6% em 2033, 19,1% em 2034, 32,4% em 2035 e 13,0% em 2036.

9. OUTROS VALORES E BENS

a. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Bens à venda.....	64.935	43.896
Salvados à venda.....	68.212	44.884
Despesas diretamente relacionadas à venda.....	(3.277)	(988)
Outros valores.....	68.113	68.300
Salvados não disponíveis para venda estimados (9c).....	42.506	39.919
Almoxarifado.....	226	224
Ativos de direito de uso (9d).....	25.381	28.157
Total.....	133.048	112.196
Ativo Circulante.....	107.667	84.039
Ativo não Circulante.....	25.381	28.157

b. Movimentação de salvados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	43.896	44.984
Adições e mudanças no valor provisionado.....	500.909	365.226
Baixas por venda.....	(479.870)	(366.314)
Saldo no final do exercício.....	64.935	43.896

c. Aging de salvados

Período.....	31/12/2024			31/12/2023		
	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾
1 mês.....	171	—	35.427	27	—	27.177
2 meses.....	2.344	14.304	12.099	2.796	15.500	8.423
3 meses.....	2.613	16.505	6.678	3.075	12.319	4.045
4 meses.....	2.954	5.419	3.495	3.479	6.343	1.616
5 meses.....	2.138	3.364	2.458	2.434	3.209	1.134
6 meses.....	2.436	2.582	2.003	2.443	3.286	939
7 meses.....	1.580	1.555	2.936	1.556	1.176	222
8 meses.....	2.036	1.491	1.009	1.928	1.247	250
9 meses.....	1.983	1.523	1.034	1.593	1.272	286
10 meses.....	1.385	976	599	1.175	1.286	448
11 meses.....	1.412	1.284	247	1.190	1.655	65
12 meses.....	1.463	1.278	38	1.160	1.025	71
13 - 18 meses.....	5.388	5.021	—	4.063	5.065	7
19 - 24 meses.....	3.202	2.226	—	2.909	2.831	—
25 - 30 meses.....	1.902	1.628	—	1.461	1.574	—
31 - 36 meses.....	1.327	1.012	—	1.127	937	—
37 - 42 meses.....	1.576	1.031	—	1.379	975	—
43 - 48 meses.....	980	480	—	995	841	—
49 - 54 meses.....	870	292	—	946	871	1
55 - 60 meses.....	1.023	728	—	823	752	—
61 - 66 meses.....	750	497	1	659	482	—
67 - 72 meses.....	600	303	—	608	663	—
73 - 78 meses.....	493	294	—	445	415	—
79 - 84 meses.....	540	479	—	348	348	—
85 - 90 meses.....	306	158	—	340	406	—
91 - 96 meses.....	282	152	—	264	156	—
97 - 102 meses.....	173	153	—	114	110	—
103 - 108 meses.....	137	36	—	157	132	—
109 - 114 meses.....	39	43	—	30	46	—
115 - 120 meses.....	92	144	—	13	6	—
121 - 126 meses.....	81	81	—	58	49	—
127 - 132 meses.....	83	144	—	—	11	—
133 - 138 meses.....	47	—	—	62	64	—

Período.....	31/12/2024			31/12/2023		
	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾
139 - 144 meses.....	40	50	—	19	31	—
145 - 150 meses.....	41	33	—	28	21	—
151 - 156 meses.....	2	4	—	2	3	—
157 - 162 meses.....	3	—	—	4	—	—
169 - 174 meses.....	7	—	—	9	—	—
199 - 204 meses.....	3	5	—	—	—	—
205 - 210 meses.....	3	6	—	—	—	—
Total automóvel.....	42.505	65.281	68.024	39.919	65.119	44.684
Demais Ramos.....	—	—	188	—	12	200
Despesas com salvados à venda.....	—	—	(3.277)	—	—	(988)
Total.....	42.505	65.281	64.935	39.919	65.131	43.896

(1) Refere-se à expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos a salvados estimados reconhecidos no ativo na data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a venda do salvado. (2) Refere-se ao desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a salvados reconhecidos no ativo no ano anterior à data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a venda do salvado. (3) Refere-se ao detalhamento dos saldos de salvados à venda na data-base, considerando os prazos de permanência na conta.

d. Composição dos ativos e passivos de arrendamentos

	31/12/2024			31/12/2023				
	Ativos de direito de uso	Passivos de arrendamentos	Ativos de direito de uso	Passivos de arrendamentos	Ativos de direito de uso	Passivos de arrendamentos		
	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação		
	Custo acumulada	Total	Total	Custo acumulada	Total	Total		
Imóveis.....	111.424	(92.022)	19.402	19.608	106.480	(81.082)	25.398	25.895
Veículos.....	28.231	(22.252)	5.979	6.138	21.843	(19.084)	2.759	2.764
Total.....	139.655	(114.274)	25.381	25.746	128.323	(100.166)	28.157	28.659
Circulante.....	—	—	10.081	—	—	—	—	12.312
Não Circulante.....	25.381	15.665	15.665	28.157	28.157	16.347	16.347	16.347

e. Movimentação dos ativos e passivos de arrendamentos

Ativos de direito de uso	31/12/2024			31/12/2023		
	Imóveis	Veículos	Total	Passivos de arrendamentos	Imóveis	Veículos

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

14. CONTAS A PAGAR

a. Composição		31/12/2024	31/12/2023
Obrigações a pagar		169.339	98.700
Honorários e remunerações a pagar		83.435	64.865
Fornecedores		77.908	32.830
Outros		7.996	1.005
Impostos e encargos sociais a recolher		161.424	128.070
Imposto de renda retido na fonte		5.209	6.655
Imposto sobre serviços		5.140	3.843
IOF sobre prêmio de seguro		140.344	107.401
Contribuições previdenciárias		8.493	6.015
Outros		2.298	4.156
Encargos trabalhistas		27.318	21.737
Impostos e contribuições		11.464	7.953
COFINS		9.862	6.841
PIS		1.602	1.112
Outras contas a pagar		173.157	164.802
Escrow account (a)		171.937	150.000
Outros		1.220	14.802
Tributos diferidos líquido (14b)		94.319	86.887
Total		637.021	508.149
Passivo circulante		370.743	271.262
Passivo não circulante		266.278	236.887

(a) Refere-se ao montante retido na aquisição da HDI Seguros do Brasil S.A. do preço de compra para criação do fundo exclusivo do valor retido, cujo intuito é para coberturas de reservas judiciais ou deverá ser pago ao vendedor no 5º aniversário da data de closing, dos dois o que ocorrer primeiro.

b. Tributos diferidos

Tributos diferidos sobre:		31/12/2024	31/12/2023
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		70.646	28.143
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa		144.828	66.829
Ajustes ao valor justo dos ativos disponíveis para venda		38.305	-
Total dos ativos fiscais diferidos (a)		253.779	94.972
Tributos diferidos sobre a amortização do ágio de 2009 a 2015 ⁽¹⁾ e ágio YLM Holding Brasil Ltda.		94.319	70.591
Ajustes ao valor justo dos ativos disponíveis para venda		-	16.296
Total dos passivos fiscais diferidos (b)		94.319	86.887
Total de tributos diferidos líquido (a-b)		159.460	8.085

⁽¹⁾ Em atendimento ao requerido no CPC 32, a Companhia constituiu provisão de tributos diferidos sobre o montante do ágio amortizado fiscalmente.

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS

Prêmios a restituir		31/12/2024	31/12/2023
Prêmios a restituir		2.111	1.132
Operações com seguradoras		235	247
Operações com resseguradoras		134.938	36.387
Corretores de seguros e resseguros		124.284	94.257
Outros débitos		12.796	12.680
Total		274.364	144.703
Passivo circulante		274.290	144.703
Passivo não circulante		74	-

16. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Composição por data de recebimento		31/12/2024	31/12/2023
0 - 3 meses		24.421	3.176
4 - 6 meses		1.725	56
9 - 12 meses		-	893
Total		26.146	4.125

17. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição		31/12/2024	31/12/2023
Composição		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos		2.856.368	2.787.505
Provisão de sinistros a liquidar		886.244	849.848
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		215.204	209.735
Provisão de despesas relacionadas		79.279	76.103
Total do circulante e não circulante		4.037.095	3.923.191
Passivo circulante		3.759.073	3.662.022
Passivo não circulante		278.022	261.169

A provisão de prêmios não ganhos de resseguro está líquida dos custos de aquisição diferidos.

b. Abertura por ramo		31/12/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel		2.273.647	2.273.684
Patrimonial		429.997	376.082
Rural		81.342	70.318
Transportes		7.144	6.065
Demais		64.238	61.356
Total		2.856.368	2.787.505
Provisão de sinistros a liquidar		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel		699.619	691.814
Patrimonial		84.804	67.103
Rural		31.268	26.814
Transportes		35.817	34.253
Demais		34.736	29.864
Total		886.244	849.848
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel		173.498	173.497
Patrimonial		11.193	8.130
Rural		10.320	9.107
Transportes		5.400	4.965
Demais		14.793	14.036
Total		215.204	209.735
Provisão de despesas relacionadas		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel		62.138	61.452
Patrimonial		10.401	9.040
Rural		1.939	1.696
Transportes		3.320	2.616
Demais		1.481	1.299
Total		79.279	76.103

c. Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.244.756	785.031
Constituição/Reavaliação de provisões	5.587.228	3.575.748
Reversão de provisões	(4.975.616)	(25.183)
Provisões pagas	-	(3.486.944)
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	-	37.592
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.856.368	886.244
Passivo circulante	3.759.073	3.662.022
Passivo não circulante	278.022	261.169

d. Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas	4.037.095	3.256.596
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de sinistros a liquidar	(33.006)	(59.305)
Provisão de despesas relacionadas	(3.176)	(5.728)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(5.469)	(2.408)
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	(3.391)	(10.083)
Direitos creditórios	(1.687.060)	(1.281.457)
Custos de aquisição diferidos redutores	(264.280)	(264.280)
Depósitos judiciais redutores	(3.496)	(4.655)
Total a ser coberto (a)	1.938.149	1.628.680
Bens vinculados oferecidos para cobertura (b)	2.030.545	1.819.024
Ativos livres (*)	939.332	580.141
Aplicações financeiras (nota 5a)	2.969.877	2.399.165
Excedente (b-a)	92.396	190.344

(*) Ativos livres não compõem o total de excedente

e. Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de sinistros a liquidar	886.244	849.848
(-) IBNER	(199.296)	(195.906)
Provisão de sinistros a liquidar	686.948	653.942
(+) Estimativa de salvados e ressarcidos	64.136	64.136
(-) Correção monetária e juros	(48.593)	(44.877)
(-) Outras estimativas	(49)	(65)
Provisão de sinistros a liquidar <i>Large Losses</i> ⁽¹⁾	(22.413)	(15.390)
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a 2019	(29.684)	(26.292)
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	650.345	631.454

⁽¹⁾ São considerados sinistros *Large Losses* aqueles que possuem baixa frequência e alta severidade, além de possuírem percentual significativo de resseguro.

Sinistros avisados brutos de resseguro - Administrativos		2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano de cadastro		2.211.909	2.391.256	2.726.646	3.026.388	2.790.119	3.288.992	3.288.992
1 ano depois		2.255.099	2.425.516	2.783.434	3.058.648	2.817.899	-	2.817.899
2 anos depois		2.255.189	2.428.302	2.786.313	3.057.665	-	-	3.057.665
3 anos depois		2.256.472	2.429.608	2.787.015	-	-	-	2.787.015
4 anos depois		2.256.034	2.430.741	-	-	-	-	2.430.741
5 anos depois		2.256.430	-	-	-	-	-	2.256.430
Estimativa Acumulada na Data-Base		2.256.430	2.430.741	2.787.015	3.057.665	2.817.899	3.288.992	16.638.742
Diferenças entre Estimativas								
Finalis e Iniciais		44.521	39.485	60.369	31.277	27.780	-	-
Pagamentos Acumulados na Data-Base		(2.255.838)	(2.430.579)	(2.785.595)	(3.053.436)	(2.808.627)	(2.800.779)	(16.134.854)
Passivo Representado no Quadro		592	162	1.420	4.229	9.272	488.213	503.888

Sinistros avisados brutos de resseguro - Judiciais		2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano de cadastro		21.942	31.610	31.238	39.250	41.118	45.438	45.438
1 ano depois		48.058	51.975	62.103	75.084	78.731	-	78.731
2 anos depois		53.440	61.363	74.175	89.566	-	-	89.566
3 anos depois		58.524	66.898	80.947	-	-	-	80.947
4 anos depois		62.867	70.938	-	-	-	-	70.938
5 anos depois		68.273	-	-	-	-	-	68.273
Estimativa Acumulada na Data-Base		68.273	70.938	80.947	89.566	78.731	45.438	433.893
Diferenças entre Estimativas								
Finalis e Iniciais		46.331	39.328	49.709	50.316	37.613	-	-
Pagamentos Acumulados na Data-Base		(56.235)	(56.340)	(58.036)	(59.601)	(43.375)	(13.849)	(287.436)
Passivo Representado no Quadro		12.038	14.598	22.911	29.965	35.356	31.589	146.457

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Administrativos		2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano de cadastro		2.194.296	2.335.481	2.691.038	3.002.516	2.764.989	3.159.248	3.159.248
1 ano depois		2.237.401	2.373.234	2.747.976	3.037.306	2.787.571	-	2.787.571
2 anos depois		2.237.496	2.378.480	2.752.367	3.038.878	-	-	3.038.878
3 anos depois		2.238.793	2.379.921	2.753.055	-	-	-	2.753.055
4 anos depois		2.239.381	2.380.490	-	-	-	-	2.380.490
5 anos depois		2.239.776	-	-	-	-	-	2.239.776
Estimativa Acumulada na Data-Base		2.239.776	2.380.490	2.753.055	3.038.878	2.787.571	3.159.248	16.359.018
Diferenças entre Estimativas								
Finalis e Iniciais		45.480	45.009	62.017	36.362	22.582	-	-
Pagamentos Acumulados na Data-Base		(2.239.189)	(2.380.328)	(2.751.678)	(3.034.751)	(2.778.328)	(2.683.885)	(15.868.159)
Passivo Representado no Quadro		587	162	1.377	4.127	9.243	475.363	490.859

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Judiciais		2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano de cadastro		21.936	31.332	31.027	38.800	41.030	44.001	44.001
1 ano depois		47.952	51.284	60.739	74.687	77.996	-	77.996
2 anos depois		53.319	60.139	71.886	88.883	-	-	88.883
3 anos depois		58.322	65.592	77.931	-	-	-	77.931
4 anos depois		62.099	69.488	-	-	-	-	69.488
5 anos depois		66.554	-	-	-	-	-	66.554
Estimativa Acumulada na Data-Base		66.554	69					

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

20. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

20.1 Prêmios emitidos: Os prêmios líquidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos (a)	Prêmios cedidos em cosseguro
Automóvel	4.345.144	—	4.345.144	3.744.221
Patrimonial	763.948	—	763.948	336.868
Rural	157.616	3	157.613	191.192
Transporte	109.996	—	109.996	101.462
Demais ramos	184.632	—	184.632	93.496
Total	5.561.336	3	5.561.333	4.467.239

(a) Os prêmios emitidos líquidos de cosseguro por região geográfica estão assim compostos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	4.345.144	15.078	4.330.066	3.744.221
Patrimonial	763.948	150.213	613.735	336.173
Rural	157.613	40.260	117.353	191.188
Transporte	109.996	3.646	106.350	101.462
Demais ramos	184.632	8.648	175.984	93.451
Total	5.561.333	217.845	5.343.488	4.466.495

20.2 Variações das provisões técnicas de prêmios: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(610.878)	60.878	(550.000)	68.967
Total da variação das provisões técnicas	(610.878)	60.878	(550.000)	68.967

20.3 Sinistros ocorridos: Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade
Automóvel	2.657.818	2.357.437	66,5%	60,7%
Patrimonial	243.583	174.804	46,4%	58,1%
Rural	139.972	53.972	74,3%	34,8%
Transporte	55.960	47.699	51,3%	47,0%
Demais ramos	58.411	41.016	44,3%	43,9%
Total	3.155.744	2.674.928	63,7%	59,0%

20.4 Custo de aquisição

	31/12/2024		31/12/2023	
	Índice de comissionamento			
Automóvel	745.164	665.892	18,6%	17,1%
Patrimonial	151.145	85.963	28,8%	28,6%
Rural	45.540	37.870	24,2%	24,4%
Transporte	28.553	25.327	26,2%	24,9%
Demais ramos	41.382	30.200	31,4%	32,3%
Total	1.011.784	845.252	20,4%	18,6%

20.5 Outras despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais		
Despesas com emissão de apólices	(322)	(278)
Despesas técnicas com análise de riscos	(40.530)	(29.486)
Contingências cíveis	(6.161)	(6.598)
Encargos sociais sobre comissões	(2.940)	(1.886)
Redução ao valor recuperável	(10.294)	(1.194)
Outras receitas e despesas	(7.897)	(13.279)
Total	(68.144)	(52.721)

20.6 Resultado com resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com resseguro	143.853	17.393
Recuperações de indenizações de sinistros	138.330	18.389
Recuperações de despesas com sinistros	2.054	2.436
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.706	(3.456)
Participação nos lucros	763	24
Despesa com resseguro	(103.189)	(68.826)
Prêmios de resseguros cedidos	(217.663)	(65.054)
Comissão sobre prêmios de resseguros cedidos	53.596	86
Variação da despesa de resseguro	60.878	(3.960)
Salvados e ressarcimentos cedidos	—	102
Total de Resultado com resseguro	40.664	(51.433)

20.7 Despesas operacionais: 20.7.1 Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(383.764)	(296.537)
Serviços de terceiros	(225.144)	(182.256)
Localização e funcionamento	(72.835)	(82.323)
Publicidade e propaganda	(20.652)	(17.862)
Contribuições e donativos	(1.055)	(4.062)
Despesas compartilhadas HDI Global	15.654	17.590
Despesas compartilhadas Santander Auto	20.183	15.613
Despesas compartilhadas Facil Assist	162	—
Despesa compartilhadas Yelum	(695)	—
Despesa compartilhadas HDI Br	58.608	—
Outras despesas administrativas	(10.997)	991
Total	(620.535)	(548.846)

20.7.2 Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(91.057)	(87.902)
PIS	(14.797)	(14.277)
Taxa de fiscalização	(5.593)	(5.010)
Impostos federais	(11.448)	(2.316)
Outros	(3.140)	(2.133)
Total	(126.035)	(111.638)

20.8 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	291.980	281.165
Rendimentos títulos da dívida pública	163.192	119.399
Rendimentos títulos Privados	22.362	31.987
Rendimentos fundos de investimentos	45.185	76.756
Rendimentos com certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	470	1.034
Receitas com variação cambial moeda estrangeira	2.200	—
Redução ao valor recuperável por perdas esperadas	104	—
Operações de seguros	58.467	50.971
Outras receitas financeiras	—	1.018
Despesas financeiras	(115.187)	(111.166)
Instrumentos financeiros	—	(1.205)
Redução ao valor recuperável por perdas esperadas	(42)	—
Operações de seguros	(65.175)	(41.588)
Tarifas bancárias	(28.033)	(26.072)
Outras despesas financeiras	(21.937)	(42.301)
Total de resultado financeiro	176.793	169.999

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente
João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente
Nicolas Masjuan
Maximiliano Javier Casas Sanchez
Fabiana Valério Arana

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - CEO
Reinaldo Amorim Lopes - CFO
Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel
Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Vice-Presidente de Controles Internos
Marcos Machini - Vice-Presidente Comercial
André Steiner Truzzi - Vice-Presidente de Transformação

Rogério do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes
Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

Ao Conselho de Administração da HDI Seguros S.A.

1. Introdução: Este relatório tem por objetivo apresentar os trabalhos e atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria e Riscos (Comitê) da HDI Seguros S.A. e de suas controladas Santander Auto S.A., HDI Seguros do Brasil S.A., Yelum Seguros S.A. e Indiana Seguros S.A. (doravante identificadas como "empresas controladas") no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como os correspondentes resultados dessas atividades, em atendimento às normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, bem como nos termos da Resolução CNSP nº 416/21 e suas alterações. As atividades do Comitê foram desenvolvidas conforme definido no Regimento do Comitê. **2. Responsabilidades:** Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração das empresas na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) do cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) do desempenho da auditoria interna; (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos, e (vi) da operacionalização da Estrutura de Gestão de Riscos e sua adequação. É responsabilidade da Administração da empresa a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos. A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e empresas controladas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração das empresas, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê. **3. Atividades do Comitê Durante o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024:** O Comitê desenvolveu as atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, através de 34 reuniões realizadas ao longo do exercício e compreenderam, resumidamente, (i) reuniões com os principais executivos da Companhia para acompanhamento dos resultados e de suas atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, mais

20.9 Resultado patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de equivalência patrimonial	627.260	107.773
Amortização da mais-valia	(68.270)	(8.293)
Total de resultado patrimonial	558.990	99.480

20.10 Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Baixas de intangíveis	(24.772)	(41.540)
Baixas de imobilizado	(951)	(494)
Outras perdas com ativos não correntes	123	—
Total do ganhos ou perdas com ativos não correntes	(25.600)	(42.034)

20.11 Imposto de renda e contribuição social

O resultado fiscal foi apurado conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos e participações	719.060	478.089	719.059	478.089
Juros sobre o capital próprio	(350.949)	(162.520)	(350.949)	(162.520)
Participações sobre o lucro	(65.656)	(56.389)	(65.656)	(56.389)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	302.455	259.180	302.454	259.180
Adições e exclusões temporárias	114.549	1.321	114.549	1.321
Adições e exclusões permanentes	(611.018)	(91.966)	(613.644)	(99.634)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízos	(194.014)	168.535	(196.641)	160.867
Compensação de prejuízos	—	(50.561)	—	(48.260)
Resultado fiscal do exercício	(194.014)	117.974	(196.641)	112.607
Tributos calculados pelas alíquotas nominais (nota 3.12)	48.503	(29.470)	48.503	(16.891)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	28.637	330	17.182	198
DTA/DTL sobre IR/CS sobre mais-valia combinação de negócio	14.885	—	8.931	—
DTA IRPJ/CSLL Ágio Incorporação YLM Holding Brasil Ltda.	(14.830)	—	(8.898)	—
Credito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa	—	(12.640)	—	(7.239)
Incentivos fiscais	—	2.400	—	—
Ajustes anos anteriores	(45)	(848)	(28)	(879)
Encargos sobre o lucro do exercício (1)	77.150	(40.228)	46.684	(24.811)

(1) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de -17,22% (13,60% em 2023).

21. PARTES RELACIONADAS

a. Transações com partes relacionadas: As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo Talanx, são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Administradores (i)	—	—	—	—	(19.877)	(15.393)
TAM (ii)	—	—	—	—	(115)	(58)
HDI Global Seguros S.A. (iii)	1.312	-7.107	—	—	15.654	17.590
Santander Auto S.A. (iv)	4.934	-3.949	—	—	20.183	15.613
HDI Seguros do Brasil S.A. (v)	2.149	—	—	—	58.608	—
Facil Assist Ltda. (vi)	38	21.794	—	—	(83.696)	—
Yelum Seguros S.A. (x)	—	695	—	—	(695)	—

Transações de resseguro:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
HDI Global Se (Atual Denominação De Hdi-Gerling Industrie Versicherung AG) (vii)	—	4	—	36
Hannover Rückversicherung AG (viii)	4.213	963	6.503	1.323
HDI Global Network AG (ix)	573	-328	(119)	(751)

i) Remuneração a pagar ao pessoal-chave da Administração; ii) Talanx Asset Management GmbH (atual denominação de Ampeggerling Investment GmbH) - gestão de investimentos do Grupo Talanx; iii) HDI Global Seguros S.A. - compartilhamento de despesas administrativas; iv) Santander Auto S.A. - compartilhamento de despesas administrativas e dividendos a receber; v) HDI Seguros do Brasil S.A. - compartilhamento de despesas administrativas; vi) Facil Assist Ltda. - compartilhamento de despesas administrativas e Assistência 24 Horas; vii) HDI Global Se (Atual Denominação De Hdi-Gerling Industrie Versicherung AG); viii) Hannover Rückversicherung AG; ix) HDI Global Network AG; x) Yelum Seguros S.A. - compartilhamento de despesas administrativas. **b. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Administradores - os benefícios pagos aos administradores totalizaram R\$ 19.877 (R\$15.393 em 2023) e estão registrados na rubrica "Despesas com pessoal próprio" no grupo "Despesas administrativas". É garantido aos administradores o pagamento de 12 meses de benefícios em caso de desligamento, e de 18 meses em casos de afastamento por doença, limitados ao período do mandato em vigor. Os Administradores não recebem remuneração baseada em ações. **c. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; - Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos para qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Abaixo, estão discriminados os benefícios que a Seguradora proporciona a seus empregados. Esses benefícios são alocados em despesa com pessoal, no grupo de despesas administrativas. A Seguradora não concede benefícios pós-emprego. **(a) Plano de previdência privada complementar:** A Seguradora proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus funcionários, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 6.457 (R\$ 6.022 em 2023). **(b) Plano de assistência médica:** A Seguradora proporciona aos seus empregados e dependentes plano de assistência médica junto à operadora Bradesco Seguros. Os prêmios são pagos na modalidade de pré-pagamento, com coberturas hospitalares e ambulatoriais. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 30.349 (R\$ 21.752 em 2023). **(c) Seguro de Vida:** A Seguradora proporciona seguro de vida aos seus empregados. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 257 (R\$ 199 em 2023). **(d) Política de participação nos resultados:** A Seguradora utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/00. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários da Seguradora, assistidos pela área de Recursos Humanos e pelo Sindicato dos Segurários, nas reuniões de negociação do PPLR. Em 31 de dezembro de 2024 o impacto no resultado decorrente da provisão para participação nos resultados da Seguradora totalizou R\$ 65.656 (R\$ 56.389 em 2023).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DIORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetuada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias. Em 14 de fevereiro de 2025, foi assinada uma Carta de Intenções (Letter of Intent) entre os acionistas da HDI Global Seguros S.A. e a HDI International AG, formalizando a intenção de ambas as partes de implementar uma reorganização societária intra-grupo, a ser realizada em 1º de abril de 2025. Essa reorganização envolve a alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A. Após o closing todas as atividades da HDI Global Seguros S.A. será consolidada pela HDI Seguros S.A., sem que haja alteração do controlador final. A implementação desse processo ocorrerá em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis.

Maria Salete Garcia Pinheiro

→ continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES DA HDI SEGUROS S.A.

Aos Acionistas e Administradores da HDI Seguros S.A.

São Paulo - SP

CNPJ: 29.980.158/0001-57

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da HDI Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da HDI Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025



Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva

Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP

Corporate Tower - Torre Norte, andar 6, conj. 61,

Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

HDI Seguros S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.8, 3.9 e 17)

A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, por meio do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Valor recuperável do ágio decorrente de combinação de negócios (Notas 3.5, 3.7.1, 11 e 13)

A Seguradora possui ágio oriundo de combinação de negócios, referente a aquisição de controladas, incorporadas em anos anteriores.

A administração elabora anualmente, para a data-base de 31 de dezembro, teste para avaliar a necessidade ou não de redução do ágio ao seu valor recuperável ou em períodos menores se houver indicação de *impairment*.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no valor em uso, o qual é calculado considerando a projeção de resultados futuros para um período de 10 anos mais taxa de perpetuidade, bem como taxa de desconto a qual foi apurada por meio de modelo de precificação de ativos de capital.

Consideramos essa área como sendo foco de nossa auditoria, devido à relevância do valor do ágio no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato de que diferentes premissas utilizadas pela administração na projeção de resultados futuros, escolha de metodologia para a avaliação e estimativas utilizadas para determinação do valor presente dos fluxos de caixa podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração das provisões técnicas pela administração.

Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR.

Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Realizamos atualização do nosso entendimento do teste do valor recuperável do ágio realizado pela administração anualmente.

Efetuamos, entre outros procedimentos, a análise da metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio, o entendimento e análise da razoabilidade das premissas mais relevantes adotadas pela administração no teste anual do valor recuperável do ágio oriundo de combinação de negócio, bem como a coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções realizados pela administração.

Realizamos reuniões com a administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em períodos anteriores, bem como em relação a análise e conclusão quanto a ausência de indicativo de *impairment* para o exercício atual.

Analisamos a razoabilidade dos critérios e das principais premissas que embasaram a construção dos cálculos do teste anual do valor recuperável do ágio e análise de indicativo de *impairment*.

Consideramos que os critérios e premissas mais relevantes adotados pela administração para análise do valor recuperável do ágio são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025



PwC

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP00160/O-5

Emerson Laerte da Silva

Contador CRC 1SP171089/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>